

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
 E-mail: debates@uol.com.br

Seringueiros, certificação e desmatamento

VIRGÍLIO VIANA

A HISTÓRIA DO movimento dos seringueiros na sua luta pela terra foi responsável por um dos maiores avanços conceituais e paradigmáticos no debate sobre conservação e desenvolvimento deste século. A luta dos seringueiros pelo direito à terra e contra a destruição das florestas deu origem à proposta de conservação de florestas fora do modelo convencional importado dos países industrializados. No modelo convencional, a lógica conservacionista baseia-se no “mito urbano da natureza intocada”, em que a conservação só é vista como possível se a floresta for protegida da ação humana.

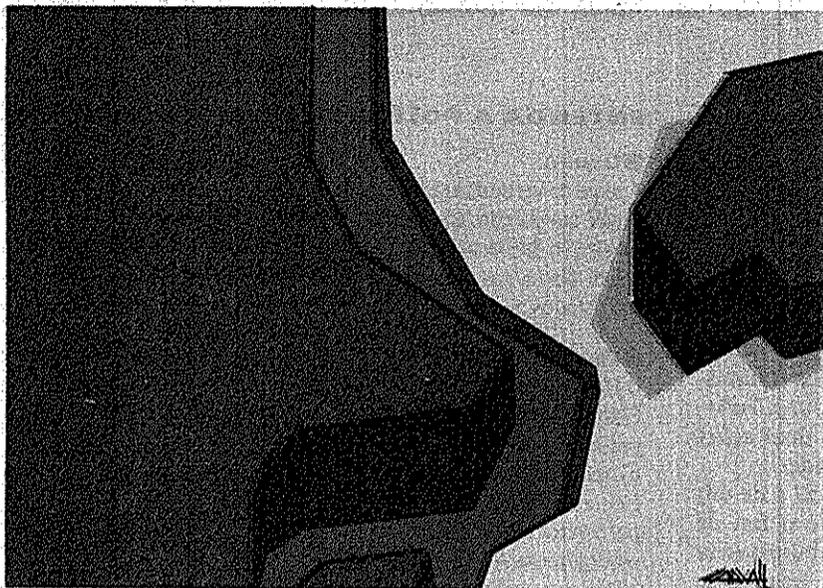
Essa história trouxe inúmeras vitórias. Existem hoje no Brasil dezenas de “reservas extrativistas”, cobrindo milhões de hectares. Somam-se a isso as “reservas de desenvolvimento sustentável” e “projetos de assentamentos agroextrativistas”, com objetivos semelhantes. Deve ser ainda considerado o apoio dessas conquistas para a luta de outros povos e populações, como os índios e quilombolas. Esse avanço foi reconhecido através do emblemático prêmio das Nações Unidas dado a Chico Mendes.

A história do movimento extrativista deu origem a um termo novo para expressar o enfrentamento dos seringueiros e outras populações extrativistas ante o desmatamento e a extração ilegal de madeira: o “empate”. O empate é um movimento de resistência civil e luta por direitos e pela cidadania de populações extrativistas. São homens, mulheres, crianças, velhos e velhas que se juntam e partem, do meio da floresta, para impedir a destruição da floresta. É um enfrentamento de caráter pacífico, mas que muitas vezes resulta em conflitos tensos, com desfechos trágicos. Na região de fronteira, onde a justiça é ausente ou precária, o empate tem sido uma das únicas formas de luta por direitos sociais e pela conservação da floresta.

Em meados de 2000, surgiu, em Xapuri, no Acre, o conceito do “segundo empate”. É a interrupção do desmatamento feito pelo próprio seringueiro. Ao contrário do primeiro, esse empate não será vencido pelo enfrentamento contra agentes externos, mas sim pelas alternativas concretas capazes de convencer o próprio seringueiro a tomar a decisão de manter a floresta em pé.

Na busca por melhor qualidade de vida para uma população em crescimento, os seringueiros desmatam, assim como todos os pequenos produtores da Amazônia, para plantar as roças. O mais grave é que, em vez de serem abandonadas para o crescimento de capoeiras, as roças vêm sendo transformadas em pastos, que não param de aumentar.

Não se trata ainda de um problema ambiental sério: o desmatamento é inferior a 10%. O problema consiste no processo histórico em que a cobertura flo-



Mudanças de atitude envolvem grandes desafios. São longos passos rumo à construção da cidadania na floresta

restal é vista como um uso da terra pouco atraente. Trata-se de uma avaliação racional dos produtores, cujo elemento-chave é o retorno econômico dado pela floresta em relação à agropecuária. Atualmente, o retorno econômico da floresta é percebido pelo seringueiro como sendo inferior à agropecuária. Como alterar isso?

Acaba de ser certificado, neste mês, o primeiro projeto de manejo florestal comunitário do Brasil, pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal); o sistema de certificação florestal mais amplamente aceito no mundo. É o Projeto de Jardinagem Florestal Participativa do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, em Xapuri.

Nessa área é feita a produção integrada de borracha, castanha, madeira e de outros produtos da floresta. Só a receita da madeira chega a ser 3 a 5 vezes superior à receita obtida com a produção de farinha, arroz, feijão, gado e outros produtos agropecuários somados. Com a certificação da madeira, essa renda deve aumentar.

O resultado dessa experiência é expressivo: dos nove seringueiros que iniciaram a produção de madeira, cinco já deixaram de desmatar florestas para implantar roças e pastagens no primeiro ano de colheita florestal. Os seringueiros são extremamente inteligentes: ao serem apresentados a uma alternativa concreta para evitar o desmatamento, tomaram o caminho óbvio. Esse exemplo pode ser referência para milhares de outras comunidades na Amazônia.

A construção do segundo empate é tão árdua como a do primeiro. Existem preconceitos dentro e fora das comunidades. Necessita-se de uma mudança radical de paradigmas. A floresta pode ser vista não como algo intocável nem como um almoxarifado capaz de atender indefinidamente qualquer intensidade de colheita. Necessitamos regular a intensidade, a frequência e a forma de colheita às características ecológicas das espécies. É fundamental fazer a “jardinagem florestal”, que significa cuidar das plantas de todas as espécies, especialmente daquelas que estão sendo submetidas à colheita florestal.

É necessário rever a abordagem tecnicista convencional, segundo a qual o saber técnico-científico é o único pilar do processo de tomada de decisões do manejo. Precisamos valorizar as decisões tomadas na realidade onde se dá o manejo, pelos seus protagonistas principais. É necessária uma profunda mudança de atitude dos técnicos e das universidades que os formam.

O desafio é construir soluções que utilizem o saber tradicional e as ferramentas e conceitos mais sofisticados da ciência e da tecnologia convencionais. São as pontes entre os saberes etnoecológico e acadêmico, que passam pelo “empoderamento” das populações tradicionais.

Mudanças de abordagem e atitude envolvem grandes desafios. São longos passos rumo à construção da cidadania na floresta. Não é coincidência que essas mudanças estejam sendo enfrentadas por seringueiros que seguem o trilho do seu símbolo maior, Chico Mendes. O Acre, palco de avanços históricos do movimento de empate dos seringueiros, vem nos colocar uma importante luz de esperança para combater o desmatamento na Amazônia.

Virgílio M. Viana, 40, engenheiro florestal e doutor pela Universidade de Harvard (EUA), é professor do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, e presidente da Sociedade Brasileira de Etnoecologia.